



| | | |
|----------------------------------|---------------------------------|---------------------------------------|
| Público 22-06-2020 | Periodicidade: Diário | Temática: Justiça |
| | Classe: Informação Geral | Dimensão: 2609 cm ² |
| | Âmbito: Nacional | Imagem: S/Cor |
| | Tiragem: 31885 | Página (s): 1/2/3 |

NUNO FERREIRA SANTOS



Mexia suspeito de corromper um ministro, um secretário de Estado e um director-geral

Destaque, 2/3

DESTAQUE

EDP

Mexia suspeito de corromper um ministro e um secretário de Estado

Presidente executivo da EDP é também suspeito de corromper um director-geral e um assessor do então ministro da Economia, Manuel Pinho, que é desde 2009 da comissão executiva da REN

Mariana Oliveira

O presidente executivo da EDP, António Mexia, e o presidente executivo da EDP Renováveis, João Manso Neto, são suspeitos de terem corrompido, em conjunto, um ministro, um secretário de Estado, um assessor governamental e um director-geral, imputações que integram o inquérito das rendas da EDP e que levaram os procuradores do caso a pedir a suspensão de funções de ambos na eléctrica nacional. O mesmo é solicitado para João Conceição, antigo assessor do então ministro da Economia, Manuel Pinho, que terá sido corrompido pela dupla e que, desde 2009, faz parte da comissão executiva da Redes Energéticas Nacionais (REN).

As defesas dos três têm até hoje para contestar os fundamentos e a necessidade da medida de coacção que o Ministério Público pede vários anos após ter iniciado a investigação, numa altura em que o inquérito está nas mãos do juiz de instrução Carlos Alexandre.

Segundo documentos do processo a que o PÚBLICO teve acesso, os dois executivos da EDP estão ainda indicados por lesarem os interesses da própria eléctrica com a adjudicação da construção da barragem do Baixo Sabor, em meados de 2008, ao consórcio composto pelo Grupo Lena e pela Odebrecht. A primeira foi acusada de corrupção na *Operação Marquês* e a segunda condenada na *Operação Lavo-Jato* como uma das peças fundamentais de um grande esquema de corrupção no Brasil, que passava por carregar nos preços de grandes obras públicas para suportar assim o pagamento de luvas aos políticos que as contratavam.

Entre as personagens principais desta intrincada teia de interesses, está o antigo ministro da Economia, Manuel Pinho – que exerceu funções governativas entre 2005 e 2009, durante o executivo liderado por José Sócrates –, que é suspeito de ter sido corrompido pela dupla de executivos, que controla a EDP desde 2006. Mexia é padrinho da filha mais nova de Pinho e ambos foram executivos no Banco Espírito Santo (BES), liderado por outro arguido deste caso, Ricardo

Salgado, também ele, segundo a tese do Ministério Público, corruptor activo do antigo ministro da Economia. Recorde-se que o BES tinha uma participação qualificada na EDP, empresa que, segundo relatórios externos, terá sido beneficiada em cerca de 1200 milhões de euros pelos vários arguidos do caso. A maior parte (852 milhões) terá resultado do alegado baixo preço atribuído em 2007 à extensão da concessão, sem concurso, de 27 barragens, que continuaram a ser exploradas pela EDP e da sobrevalorização nessa mesma altura do valor acordado pelo fim antecipado dos 32 Contratos de Aquisição de Energia. Estes contratos tinham sido celebrados em 1996 para atrair investimento em centrais eléctricas de que o país precisava, mas que o Estado optou por não financiar.

Ricardo Salgado é suspeito de ter ordenado pagamentos mensais de quase 15 mil euros mensais através da Espírito Santo Enterprises, conhecida como o “saco azul” do grupo Espírito Santo, que começou a transferir o dinheiro para uma *offshore* controlada por Pinho, já este era ministro da Economia. Só durante o



mandato, Pinho recebeu mais de 500 mil euros, metade do que recebeu por esta via, já que a mensalidade continuou a ser paga até Junho de 2012. Através de várias *offshores*, noticiou o Observador, Pinho terá recebido 2,1 milhões de euros, alegadamente para favorecer o universo empresarial Espírito Santo.

A principal contrapartida de Mexia e Manso Neto a Pinho terá sido uma doação de 1,2 milhões de euros de uma empresa da EDP, a Horizon, à Escola de Relações Públicas e Interna-

cionais da Universidade de Columbia, em Nova Iorque, que permitiu a Pinho ser convidado e pago como professor visitante na prestigiada escola, entre 2010 e 2012, após ter saído do Governo. E tornar realidade um sonho da mulher de Pinho, que sempre quisera viver em Nova Iorque, como a mesma reconhece num *email* trocado com a mulher de um professor daquela universidade, que intermediou o contacto como reitor da escola. Num desses *emails*, em Setembro de 2009, a norte-americana explicava ao reitor que, segundo a mulher de Pinho, um “salário alto não era necessário”. “Ela diz-me que ele já angariou fundos para projectos e pode trazer parte deles para a Columbia”, explicava num *email* enviado ao reitor.

Mexia e Manso Neto são igualmente suspeitos de terem corrompido o então secretário de Estado da Energia, Artur Trindade, que exerceu funções entre 2012 e 2015, no Governo liderado por Passos Coelho. É que em 2013 contrataram o pai do então secretário de Estado, como consultor externo, para integrar o recém-criado Comité de Acompanhamento das Autarquias. O pai do então

As defesas têm até hoje para contestar os fundamentos e a necessidade da medida de coacção que o MP pede



RUI GAUDÊNCIO

A principal contrapartida de Mexia e Manso Neto a Pinho terá sido uma doação de 1,2 milhões de uma empresa da EDP, a Horizon

como administrador executivo da REN. Segundo o Ministério Público, tal só aconteceu porque o então ministro da Economia pediu a um outro administrador da REN, Filipe Botton, sócio fundador da Logoplaste, que propusesse esse nome, como o empresário contou num depoimento em Janeiro passado. Isto apesar de este não reconhecer a João Conceição currículo para o cargo. Essa seria, na perspectiva do Ministério Público, a "solução definitiva", referida num *email* enviado em Julho de 2008 por Manso Neto a Mexia. Antes, Conceição pedira-lhes emprego, exigindo um salário anual de 140 mil euros, mais seguro e bónus. O presidente da EDP Renováveis reenviou o *email* a Mexia dizendo-lhe: "Nesta fase no BCP [accionista qualificado da EDP], teriam de lhe pagar 10.000 eur/mês (14 meses) e os seguros de vida e saúde. O resto seria regularizado depois na solução definitiva". De facto, Conceição veio a ser contratado para o BCP, apesar de tal ter sido omitido durante muito tempo pelo próprio no seu currículo.

O PÚBLICO contactou ou tentou contactar os vários visados neste caso. O advogado de Mexia e Manso Neto não respondeu aos inúmeros pedidos de contacto nem às mensagens enviadas. Já o defensor de João Conceição, Rui Patrício, enviou a seguinte resposta: "O que temos a dizer, e é muito, temos dito e diremos no processo, como sempre aconteceu, desde logo em Novembro do ano passado, quando – espontaneamente – pela primeira vez ocorreu prestação de declarações e de esclarecimentos, e agora se repetiu, também com oferecimento de documentação variada e com requerimento de diligências de prova". Também o advogado de Manuel Pinho, Ricardo Sá Fernandes, optou por não comentar as alegações dos procuradores. "O Dr. Manuel Pinho não tem o estatuto definido, o que dependerá de decisões do Tribunal Constitucional. Quando o estatuto estiver definido, ele prestará declarações e esclarecerá todas as questões", afirma Ricardo Sá Fernandes. O defensor de Ricardo Salgado, Francisco Proença de Carvalho, diz que não presta declarações sobre investigações em curso. O PÚBLICO tentou, sem sucesso, contactar Artur Trindade e o advogado de Miguel Barreto.

meoliveira@publico.pt

Testemunhas condicionadas? MP quer arguidos suspensos

Mariana Oliveira

O Ministério Público (MP) quer que três dos arguidos do inquérito do caso das rendas da energia – António Mexia, João Manso Neto e João Conceição – sejam suspensos de funções das respectivas empresas, os dois primeiros da comissão executiva da EDP e o último da REN, por considerar que a manutenção destes nos respectivos cargos implica um perigo de continuação da actividade criminosa e um perigo de perturbação do inquérito, nomeadamente por haver risco de condicionamento dos depoimentos de testemunhas das duas empresas ou de destruição de documentos.

Os procuradores querem ainda que seja aplicada uma caução não inferior a dois milhões de euros a António Mexia e de, pelo menos, um milhão ao presidente da EDP Renováveis. Já relativamente a Conceição, da comissão executiva da REN, pedem a aplicação de uma caução, de valor não inferior a 500 mil euros, só no caso de não ser aplicada a suspensão de funções.

Os pedidos foram recebidos com indignação por parte das defesas dos arguidos, que consideram oportunista e injustificada a atitude do Ministério Público, numa altura em que já passaram oito anos sobre o início do inquérito. Os advogados dos três arguidos têm até hoje para contestar os fundamentos e a necessidade do agravamento das medidas de coacção. Todos relacionam o pedido com o facto de, desde Fevereiro passado, o juiz de instrução deste caso ter passado a ser Carlos Alexandre, que habitualmente aceita os pedidos do Ministério Público, contrariamente ao colega Ivo Rosa, que tem frequentemente decidido de forma favorável às defesas. Carlos Alexandre deve decidir até ao fim desta semana se agrava as medidas de coacção de Mexia, Manso Neto e Conceição.

Não é, por isso, estranho que os advogados tenham lançado de todas

as armas ao seu dispor, tendo a defesa de Mexia e de Manso Neto chegado a pedir o afastamento do juiz, dando entrada de um incidente de recusa que tentou lançar dúvidas sobre a imparcialidade de Carlos Alexandre. O Tribunal da Relação de Lisboa indeferiu na passada sexta-feira este pedido, considerando a utilização do incidente como "insustentável, impertinente e abusiva".

Os procuradores Carlos Casimiro e Hugo Neto justificam que a manutenção nos cargos dos presidentes executivos da EDP e da EDP Renováveis implica riscos, numa fase em que se encontram a ouvir testemunhas da eléctrica. "Enquanto [António Mexia e João Manso Neto] permanecerem na EDP, conseguimos não só condicionar o depoimento de todos os colaboradores da EDP (desde técnicos e directores a administradores, passando por chefes e ex-chefes de gabinete e secretários e ex-secretários da socie-



MP quer que João Conceição pague caução de 500 mil euros se não lhe for aplicada a suspensão de funções

dade), como obstar à colaboração total da EDP com a presente investigação", sustenta o MP no requerimento a que o PÚBLICO teve acesso.

Além de pedirem a suspensão de funções dos três arguidos, os procuradores querem que Mexia e Manso Neto fiquem proibidos de se ausentar para o estrangeiro e proibidos de contactar cinco arguidos e oito testemunhas. No caso do presidente executivo da EDP, o rol inclui o director de informação da TVI, Sérgio Figueiredo. O Ministério Público quer ainda que os dois executivos da EDP sejam proibidos de entrar em todos os edifícios da EDP. Relativamente a João Conceição, só é pedida a proibição de contacto com quatro arguidos e não se solicita a entrega do passaporte do mesmo.

meoliveira@publico.pt

governante era o único membro daquele comité com essa qualidade, onde tinham assento apenas administradores e directores da EDP.

Artur Trindade, que actualmente preside ao Operador do Mercado Ibérico Portugal, uma das empresas que tem a função de gerir os mercados energéticos na Península Ibérica, não é arguido deste caso, mas os procuradores referem-se a ele como "suspeito" num dos documentos do processo a que o PÚBLICO teve acesso.

Arguido por suspeitas de corrupção passiva é o antigo director-geral de Geologia e Energia Miguel Barreto, que entre 2004 e 2008 presidiu, por inerência, à agência que preparou o sistema de certificação energética. Nesse ano, saiu para fundar, em parceria com o grupo Martifer, uma empresa de certificação energética, a Home Energy, onde ficou com uma quota de 40%. A sociedade acabou por ser vendida em 2010 à EDP por 3,4 milhões de euros.

O cruzamento de relações entre os vários arguidos é uma constante ao longo dos anos, sendo comum a passagem do sector público para o sector privado e vice-versa, com o

exponente máximo no caso de João Conceição, que trabalhou como assessor de Manuel Pinho entre 2007 e 2009, mas foi pago pela Boston Consulting, que trabalhava para a EDP, e pelo BCP, um dos accionistas da eléctrica portuguesa. Tal permitiu ao assessor manter o salário mensal de 10 mil euros, o ordenado que tinha na Boston Consulting, empresa à qual tinha sido requisitado Miguel Barreto, em Maio de 2004, que fora colega de João Conceição na consultora durante três anos.

Enquanto foi assessor de Pinho, são inúmeros os *emails* enviados por Conceição, sobretudo da sua conta de Boston, para os executivos da EDP, dando-lhes conta de projectos de diplomas do Governo e pedindo-lhes comentários. Por vezes, os elementos até eram enviados ao principal advogado que assessorava a EDP. Num *email* enviado por Conceição a Manso Neto a 2 de Maio de 2007, este pedia ao presidente da EDP Renováveis cuidados com quem partilhava o diploma, solicitando "reserva porque é um documento interno".

O então assessor de Pinho acabou por ser nomeado, em Maio de 2009,